

O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo

Joana Quinta, José Brás
& Maria Neves Gonçalves

Resumo

A linguagem é um dispositivo de poder. Isto implica sempre manipulação de forças, estratégia dominante, o que provoca constrangimentos, sobreposições, contaminações. Por isso a língua não pode ser analisada fora dos jogos de poder. Neste enquadramento, o problema que se nos deparou foi saber de que modo se verificam empréstimos linguísticos entre o Umbundo e a Língua Portuguesa (LP) e quais os motivos pelos quais perduram em ambos os idiomas essas interferências. Assim, são objectivos deste artigo: analisar a presença do Umbundo no multilinguismo angolano; refletir sobre a importância da Língua Portuguesa no contexto das relações de poder do colonialismo e pós-colonialismo; identificar empréstimos linguísticos para a evolução, renovação e florescimento da Língua Portuguesa e do Umbundo. Utilizamos para o nosso trabalho as seguintes fontes: Gramáticas; dicionários; literatura; obras historiográficas; legislação. As fontes utilizadas foram analisadas segundo as seguintes dimensões: a Língua portuguesa e o contexto linguístico angolano; bilinguismo; empréstimos linguísticos na LP e no Umbundo (a nível fonético, lexical e morfossintático). Pelo nosso estudo pudemos concluir que a LP, no quadro das relações de poder do colonialismo e pós-colonialismo, mantém o estatuto de língua de referência, sendo relevantes os empréstimos linguísticos do umbundismo na LP e vice-versa.

Palavras-chave:

umbundo; empréstimos linguísticos; língua portuguesa em Angola.

Umbundu in the Angolan linguistic polyhedron: the Portuguese Language in the intertwining of colonialism and post-colonialism

Abstract: Language is a power device. This always implies the manipulation of forces, dominant strategy, which causes constraints, overlaps, contaminations. Therefore, language cannot be analysed outside the games of power. In this framework, the issue we faced was knowing how language borrowing between Umbundu and Portuguese happens, and why these interferences linger in both languages. Thus, the purposes of this paper are: to examine the presence of Umbundu in the Angolan multilingualism; to reflect on the importance of Portuguese in the context of colonialism and post-colonialism power relations; to identify language borrowing in the evolution, renovation and revival of Portuguese and Umbundu. For this study, we used the following sources: grammars; dictionaries; literature; historiographic works; legislation. The sources used were analysed along the following lines: Portuguese and the Angolan linguistic context; bilingualism; language borrowing in Portuguese and Umbundu (phonetically, lexically and morpho-syntactically). From our study, we were able to conclude that, within the context of colonialism and post-colonialism power relations, Portuguese still holds the position of reference language, and language borrowing from Umbundu into Portuguese and vice versa is relevant.

Keywords: umbundu; language borrowing; portuguese in Angola.

L'Umbundo dans le polyèdre linguistique d'Angola: la langue portugaise dans l'imbrication du colonialisme et poscolonialisme

Résumé: La langue est un dispositif de pouvoir. Cela implique toujours manipulation des forces, cela veut dire, stratégie dominante, ce qui provoque des contraintes, des superpositions, des contaminations. C'est pourquoi la langue ne peut pas être analysée en dehors des jeux de pouvoir. Dans ce cadre, le problème que nous avons posé c'est de savoir comment on vérifie des prêts linguistiques entre l'Umbundo et la langue portugaise (LP) et quelles sont les raisons pourquoi dans les deux langues cette interférence se manifeste et se maintient. Ainsi, les objectifs de cet article sont: analyser la présence de l'Umbundo dans le multilinguisme d'Angola; réfléchir sur l'importance de la langue portugaise dans le contexte des relations de pouvoir du colonialisme et pos colonialisme; identifier les prêts linguistiques pour l'évolution et le renouvellement de la langue portugaise et d l'Umbundu. Nous avons utilisé pour notre travail, les sources suivantes: grammaires, dictionnaires, littérature; travaux historiographiques et académiques; législation. Les sources utilisées ont été analysées selon les dimensions suivantes: la langue portugaise et le contexte linguistique en Angola; le bilinguisme; et les prêts linguistiques en LP et en Umbundu (au niveau phonétique, lexical et morfosyntaxique). Pour notre étude, nous avons pu conclure que la LP, dans le cadre des relations entre les puissances du colonialisme et pos colonialisme, maintient l'état de la référence, bien qu'étant relevants les prêts linguistiques de d l'umbundismo sur la langue portugaise et vice versa.

Mots clés: umbundo; prêts linguistiques; langue portugaise en Angola.

El umbundu en el poliedro lingüístico de Angola: la lengua portuguesa en el entrelazamiento del colonialismo y del postcolonialismo

Resumen: El lenguaje es un dispositivo de poder. Esto siempre implica manipulación de fuerzas, estrategia dominante, lo que da lugar a restricciones, superposiciones, contaminaciones. Por eso, la lengua no puede ser analizada fuera de los juegos de poder. En esto marco, la cuestión que nos enfrentamos fue saber de qué modo se verifican prestamos lingüísticos entre el umbundu y el portugués, e por qué motivos esas interferencias perduran en ambos idiomas. Así, los propósitos de este artículo son: analizar la presencia del umbundu en el multilingüismo de Angola; reflexionar sobre la importancia del portugués en el contexto de las relaciones de poder del colonialismo y postcolonialismo; identificar prestamos lingüísticos para la evolución, renovación y revitalización de la lengua portuguesa y del umbundu. Para nuestro estudio, hemos usado las siguientes fuentes: gramáticas; diccionarios; literatura; obras historiográficas; legislación. Las fuentes utilizadas fueron analizadas según los siguientes aspectos: la lengua portuguesa y el contexto lingüístico de Angola; bilingüismo; prestamos lingüísticos en el portugués y el umbundu (a nivel fonético, lexical e morfosintáctico). De nuestro estudio, podemos concluir que, en el marco de las relaciones de poder del colonialismo y postcolonialismo, el portugués mantiene el estatus de idioma de referencia, y los prestamos lingüísticos del umbundu en portugués y viceversa son relevantes.

Palabras clave: umbundu; prestamos lingüísticos; lengua portuguesa en Angola.

Introdução

A linguagem estabelece com o tempo relações que implicam uma determinada ordem. Cada língua ocupa um lugar no tempo, estabelecendo-se relações de proximidade–distanciação, de familiaridade–oposição, o que estabelece filiações cronológicas, contaminações, parentesco, distinção, domínio, usurpação... De tal modo que a linguagem estabelece o ser das relações (Foucault, 1998). O *apriori* histórico limita o que julgamos saber e o que fazemos. Veyne (2009) utiliza a metáfora do aquário, funcionando esta como uma representação do espaço que o sujeito ocupa numa determinada época, sendo deste lugar que cada um observa e compreende o mundo. Toda a produção do conhecimento (os discursos das instituições, dos sujeitos...) é condicionado pelos “muros do aquário” do seu tempo. As transformações sociohistóricas deslocam, alteram as “paredes do aquário”, mas cada época é sempre condicionada pela estrutura vigente. Somos constituídos pelo *apriori* e somos transformados por ele. O pensamento pensado precede o pensamento que pensa. Retomando a tese de Foucault, diremos, em certo sentido, que não é o sujeito que pensa mas o sistema que pensa por ele.

Se bem que o homem possa ser caracterizado de diferentes maneiras, uma delas passa necessariamente pela linguagem, um dos traços característicos do homem. O homem foi capaz de juntar uma cadeia sonora (voz) produzida pelo aparelho fonador a um conteúdo significativo e utilizar o resultado dessa associação para a interacção social. Só o homem é capaz de construir sistemas de símbolos que veiculam sentidos ou, por outras palavras, “só o homem é capaz de promover a circulação de significações. O homem procura, cria, armazena, transforma e transmite significação pela linguagem” (Borba, 1991, p.16). A linguagem comporta uma dimensão conceptual, cognitiva, psicológica, uma rede de marcas escritas (materialidade escrita) mas ganha a sua grande relevância no domínio social e cultural.

Coloca-se aqui um ponto de reflexão importante, pois como nos refere Kristeva (1999, p.13), a linguagem é a “chave do homem e da história social, como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade”. A linguagem tornou-se não só um instrumento de comunicação mas também de exercício de poder.

Foucault (1998, p.141) sublinha que a comparação do vocabulário de uma nação em épocas diferentes dá-nos a ideia dos seus progressos. “Daí a possibilidade de se escrever uma história da liberdade e da escravatura a partir das línguas.” Por aqui poderemos analisar as rupturas, as continuidades e descon- tinuidades no saber ao longo do tempo. É evidente que a aproximação de uma abordagem das relações de poder ajuda-nos a perceber que as tensões que fo-

ram exercidas, os constrangimentos, o que é incluído e o que é marginalizado. Segundo Canguilhem (2009, p.56), não existe fato que seja normal ou patológico em si. Expressar as normas da vida possível resultante de uma determinada relação de poder, num determinado momento histórico, tende a estabelecer e a associar a norma e o prestígio. A normalidade advém da normatividade. É normal o que as relações de poder determinam como deve ser. Fazer a norma como referência é criar uma exigência à existência. Neste sentido, a língua não serve apenas para a comunicação, ela pode ser vista como língua de prestígio, língua de expansão, língua de subjugação cultural ou língua de unidade nacional, em função do interesse político em fixar a *norma*. Existem condições políticas e históricas que conduzem a que uma língua ocupe a posição de *norma* e faz com que uma língua seja mais falada do que outras, dando a imagem que cada uma delas ocupa o seu “lugar natural”. A aliança entre o poder e o saber configura um “contrato social”, vigilância, punição. A vigilância, que gera um efeito do poder, permite detectar o desvio e a punição com os seus cortejos de castigos que têm um carácter de lição, papel de escola.

A interlocução do Português com as línguas nativas angolanas inicia-se com as viagens dos navegantes. Segundo Augusto (2015), a língua portuguesa chegou a Angola em 1492 com as caravelas expedicionárias de Diogo Cão, tendo passado por diferentes fases (ou valor funcional): língua de amizade, língua de exploração, língua de dominação, língua de escravização, língua de colonização e língua de experiência comum entre todos os angolanos. O português, desde o século XV, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas. As determinantes marítimas, geográficas e geoestratégicas dos Descobrimentos e da expansão europeia marcaram a actividade de intercomunicação com falantes de outros idiomas. A língua portuguesa (LP) começa a ser falada fora da Europa em Ceuta em 22 de agosto de 1415 e depois penetra no centro e sul de África, América do Sul, Ásia e Oceânia (Verdelho, 2008, p.109).

Com a colonização, as línguas nacionais foram menosprezadas em favor da Língua Portuguesa que se tornou na única língua de trabalho na administração e no sistema educativo. Não admira, por isso, que o mundo lusófono seja avaliado hoje entre 170 e 210 milhões de pessoas. O português, é uma das línguas mais falada do planeta (terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o espanhol), é a língua oficial em sete países: Angola (10,3 milhões de habitantes), Brasil (157 milhões), Cabo Verde (346 mil), Guiné Bissau (1 milhão), Moçambique (15,3 milhões), Portugal (9,9 milhões) e São Tomé e Príncipe (126 mil).

1 - Problemática

Para Carvalho (2008, p.83), “a língua não é apenas um veículo de transmissão de informação, mas sobretudo, instrumento de poder.” Ao longo da história da humanidade, é possível observar o domínio de um grupo social sobre outros por estratégias diferenciadas de imposição de sua língua. Quem domina procura regular mecanismos linguísticos expressivos da cultura para fazer (re)significar a realidade de outra maneira. Mas onde existe força existe resistência, o que faz com que a língua e os falantes sejam afectados por um processo de mudança. Sendo assim, tem interesse compreender a(s) língua(s) a partir das relações de poder e verificar os efeitos de contaminação.

No processo de devir histórico e cultural, começa-se, gradativamente, a valorizar as línguas nacionais, por constituírem, a par do Português, um património histórico-cultural. Angola é, como a maioria dos países africanos, uma nação plurilingue com uma estratificação linguística e uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea. Dentro do poliedro linguístico angolano, a língua Umbundu é falada na região/província do Centro-Sul do país (Bié, Huambo, Benguela e uma parte da Huíla), exceptuando assim o Kunene, Namibe, Kuando-Kubango e uma outra parte da Huíla, embora hoje já se encontrem comunidades linguísticas umbundu por todo o lado do país (Costa, 2015, Quinta, 2016).

Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, as línguas são objecto de avaliação, como outros produtos. Como nos refere Ançã (2014), “os seus valores, porém, não são estáveis e vão oscilando em função de determinações económicas e políticas, e não tanto pelas suas dimensões sociais e culturais”. Seguindo a perspectiva de Augusto (2015, p.68), temos a considerar que, apesar da origem colonial e da relação de imposição, que se verificou na língua portuguesa como “instrumento de dominação e clivagem entre colonizador e colonizado, a língua portuguesa adquiriu um carácter unificador entre os diferentes povos de Angola”.

Face a este cenário, as perguntas que colocamos são as seguintes: Quais as condições de emergência que conduzem a que uma língua ocupe a posição de norma padrão? As condições políticas interferiram na organização ou reorganização do ensino da língua portuguesa? Como se explica que umas línguas sejam mais faladas do que outras? O que explica que cada uma delas ocupe o seu “lugar natural”? Que lugar ocupa a língua portuguesa na escala de poder e de prestígio? Que empréstimos linguísticos se verificam entre o Umbundo e a Língua Portuguesa e quais os motivos pelos quais perduram essas interferências?

2 - Objectivos

Destacámos, como guias para o nosso trabalho, os seguintes objectivos: analisar a presença do Umbundo no multilinguismo angolano; refletir sobre a importância da Língua Portuguesa no contexto das relações de poder do colonialismo e pós-colonialismo e identificar empréstimos linguísticos para a evolução, renovação e reflorescimento da Língua Portuguesa e do Umbundo.

3 – Princípios Teóricos e Metodológicos

Para a realização do trabalho seguimos os princípios teóricos da sociolinguística, da ecolinguística e da lexicologia. Angola possui uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea sendo que a coabitação das línguas autóctones com a língua portuguesa é pacífica, apesar da língua portuguesa ocupar uma posição exclusiva e de prestígio. A sociolinguística (Labov, 1972, Calvet, 2002) ajuda a perceber a distribuição das línguas na sociedade e a compreender a ocorrência de transformações, associando o estudo da língua ao da cultura e da sociedade. É a sociolinguística que nos permite trabalhar o conceito da diglossia e a compreender as interferências das línguas autóctones na LP sejam fonéticas, lexicais ou morfosintáticas. A sociolinguística assume, portanto, que existe uma forte correlação entre os mecanismos internos da língua e os fatores externos, tanto de uma ordem “micro”, envolvendo o grau de contato e de identificação com os grupos com os quais se interage no dia-a-dia, quanto de uma ordem “macro”, relacionada com uma estratificação social mais ampla.

Como a linguagem é um fenómeno social, fica claro, para um sociolinguista, que é necessário recorrer às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico. As mudanças que surgem nas línguas são processos inevitáveis a qualquer língua viva.

De referir que todas as línguas nacionais de Angola são estruturalmente diferentes, embora pertencendo a duas famílias linguísticas: a família das línguas bantu e a das línguas não bantu (Costa, 2013, p.18).

Também a Ecolinguística (Calvet, 1999) foca as relações entre língua e meio ambiente (ou território), estudando os vários factores que interferem nos resultados do contacto de línguas: a (e)migração, a duração do convívio, o prestígio, o poder económico e político. É também através da Ecolinguística que vemos os empréstimos das línguas nativas na LP (ex capim e sanzala). Com efeito, tal como o homem muda à medida que o tempo passa e partilha as suas experiências com outras culturas, assim também a língua evolui ao longo do tempo e no contacto

com outras línguas. Neste caso, o léxico é a forma mais simples de uma língua influenciar outra, acrescida ao empréstimo das línguas umas às outras (Amorin & Sousa, 2013). A realidade de Angola é muito diversificada, constituída por grupos étnicos diferentes, por culturas diferentes que coabitam no mesmo espaço nacional, sem por vezes se aperceberem disso, e naturalmente que os idiomas e os falares são igualmente diversos.

Também a Lexicologia, enquanto domínio da linguística, faz o estudo científico do léxico nas suas diferentes estruturas. Ocupa-se igualmente dos fenómenos de criação lexical (lexicogénese), da importação e da formação de unidades lexicais descrevendo os campos lexicais e semânticos. Efectivamente, a língua é uma entidade dinâmica verificando-se evoluções a nível cultural, bem como a contribuição dada pelos diversos grupos de falantes da LP que constroem formas diferenciadas de representar variações linguísticas. Estas variações são criadas pela própria comunidade, pelas relações entre os indivíduos e pela sua necessidade de compreensão. Justifica-se esta relação e estas alterações linguísticas com “o género de Português que é falado pelo mundo fora, por povos com passados culturais e linguísticos tão distintos do de Portugal e entre si” (Teresa et al., 2010, p. 7).

Com a finalidade de melhor caracterizar a LP na conjuntura angolana, recorreremos também às teorias da Didática das Línguas e da Linguística Aplicada. Assim, Galisson & Coste (1983) precisam as definições de Língua Materna (LM) como a língua da socialização a que transfere e interioriza na criança a mundividência de uma demarcada comunidade, sendo a família, a principal transmissora. A Língua Segunda (L2) refere-se à língua não materna, sendo a língua oficial da socialização secundária e de ensino. A Língua estrangeira (LE) é aquela que consta dos programas escolares em alguns anos de alguns ciclos de escolaridade. O conceito de Línguas Nacionais, adotado nos alvares da independência, avançou para Línguas Nacionais Africanas (Quino, 2002).

Assim, todas as línguas naturais da humanidade evidenciam características que dependem da cultura, hábitos, normas, atitudes, condutas e costumes de cada comunidade. A LM considera-se um factor importante na definição da identidade cultural e nacional. Quino (2002) analisa a confrontação diária dos alunos num cenário de bilinguismo, mostrando que as línguas nacionais angolanas têm três formas de assimilação:

- No plano cultural, a LM é a via por excelência da transmissão de valores;
- No plano psicológico, a L2 não se iguala à LM. Porém, na expressão das emoções é mais espontânea em LM;
- No plano pedagógico, a língua de escolaridade é a principal causa do sucesso ou insucesso escolar.

Deste modo, numa primeira fase, deve conceder-se um espaço de destaque ao ensino das LN, para mais tarde funcionarem em paralelo com a L2, designada por metodologia convergente. Este processo constitui uma excelente escola de relativismo, porque permite que se compreendam melhor as línguas em coabitação.

Tendo por referência o exposto, as fontes (gramáticas, gramáticas históricas, dicionários, literatura, obras historiográficas, legislação, recolhas lexicais) utilizadas foram analisadas segundo as seguintes dimensões:

- 1) A Língua Portuguesa e o contexto linguístico angolano;
- 2) O bilinguismo;
- 3) Os empréstimos linguísticos na Língua Portuguesa e no Umbundo (a nível fonético, lexical e morfossintático).

4- A Língua portuguesa e o contexto linguístico angolano – da colonização à pós-colonização

Desde os Descobrimento que se impôs, como já foi referido, em território angolano a Língua Portuguesa. Contudo, tal como aconteceu no Brasil e no Oriente, também em Angola, os padres, sobretudo os jesuítas, movidos pelo seu fervor missionário, escreveram livros catequéticos bilingues ou trilingues. Segundo Augusto (2015), os missionários ligavam a cristianização a uma escolarização elementar (primeiro nas cidades e depois nas comunidades indígenas). Nos séculos XVII e XVIII, os jesuítas continuaram esse trabalho. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, este trabalho sofre uma grande quebra só recuperada muito depois. É comumente aceite que o começo da colonização tentou moldar os indivíduos à sua cultura, às suas mundividências e cosmovisões. E que a posição de cada língua é a consequência da convergência e da integração de uma pluralidade de factores ideológicos, históricos, territoriais, demográficos, culturais, socioeconómicos, interlinguísticos, sociolinguísticos, políticos e subjetivos.

Segundo Augusto (2015, p.64), podemos dizer que existiu uma primeira tentativa de regularizar o uso da língua através do decreto de 1765 do governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, cujo governo foi de 1764 até 1772¹. Este decreto desencorajava veementemente o uso de línguas africanas tanto na educação das crianças como também nas relações sociais, particularmente, em postos com presença portuguesa. Segundo o autor:

os testemunhos da época apontam para a utilização de variedades reestruturadas do português entre as camadas mais pobres das cidades costeiras e arredores, que os brancos portugueses, por ironia, chamavam de “*português*”, isto é, para designar o português falado pelos negros angolanos iletrados. O “*português*” é a maneira funcional de usar o português ditado pelo critério das necessidades e intuições do falante para se fazer entender, sem ter em conta o uso rigoroso das regras gramaticais ou moldes de fruição dos que bem falavam o português.

Na 1ª República Portuguesa (1910-26), persistiu a aposta da eliminação das línguas autóctones. José Mendes Ribeiro Norton de Mateus, governador de Angola, pelo decreto nº 77, visava o alargamento e enraizamento da língua portuguesa, proibindo o ensino de línguas angolanas nas escolas.

Art.1º - É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito;
Art. 2º - Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas;
Art.3º - O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese. (Decreto nº 77, de 9 de Dezembro de 1921).

De 1928 a 1958 verifica-se uma política de separação. Existia uma separação entre escolas reservada aos civilizados (brancos, alguns mestiços) e escolas para indígenas. “Na fase de 1958 a 1960 dá-se uma nova situação no ensino colonial, que teve como antecedentes a assinatura, em 1941, do Acordo Missiário. Este Acordo entregava às Missões Católicas a responsabilidade integral do ensino para indígenas, então, designado como “ensino rudimentar” e, mais tarde, como “ensino de adaptação”. As suas escolas foram reconhecidas como oficiais. No pós II Guerra Mundial, as potências colonizadoras vão dando independência às colónias. A ONU vai nesse sentido e recomenda que Portugal siga o mesmo caminho. A entrada de Portugal na ONU (1955) foi atrasada devido à Guerra Fria. Quando entrou, através do *package deal* que permitiu a entrada de novos membros, o Secretário Geral da ONU em 1956 enviou ao governo português e aos outros 15 Estados admitidos, uma carta perguntando «se administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73º da Carta». A resposta foi analisada e ponderada por Salazar e pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha. Para ultrapassar essa questão disseram que Portugal não tem colónias mas sim províncias ultramarinas. Segundo Silva (1995, p.6), Salazar quer dizer às Nações Unidas que as províncias ultramarinas portuguesas têm vocação para a independência separada e que o governo português se arrega o exclusivo de interpretar e aplicar a sua ordem constitucional e que neste domínio não admite interferências alheias. A situação complicou-se em 1960 com a independência de dezoito novos Estados Africanos.

Em 1960, as Nações Unidas aprovam a resolução de 1514, a 14 de Dezembro de 1960 (Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais), e as resoluções de 1541 e de 1542, ambas publicadas em 15 de Dezembro de 1960,² vieram colocar o colonialismo num lugar que já não tinha cabimento nem alternativa. Estas resoluções estavam relacionadas com o facto de Portugal não querer aceitar as decisões na ONU sobre as informações que deveria prestar quanto às condições de vida nos seus territórios não autónomos. A descolonização tornara-se irreversível. Em 1961, inicia-se a luta armada pela libertação de Angola. Em 1962, foi abolido o Estatuto do Indigenato de 1878 reconhecendo a todos os negros o estatuto de cidadão (a primeira lei onde se regulamentou entre nós o contrato de trabalho foi a 29 de Abril de 1875). Isto levou a uma unificação do ensino primário (uma classe de pré-primária seguida de quatro anos de ensino regular). O Estatuto do Indígena é o termo utilizado para definir os direitos e os deveres dos indígenas nas colónias portuguesas. O Estatuto passou por diversas versões³ e foi abolido na sequência das reformas preconizadas em 1962 por Adriano Moreira, então ministro do Ultramar. O grande objectivo era permitir um acesso mais fácil à cidadania portuguesa. A nova lei tinha a particularidade de estabelecer três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Tem interesse referir que para a passagem dos indígenas ao estatuto de assimilado (para usufrírem de direitos que estavam vedados aos não assimilados) era exigido saber ler e escrever (e também vestirem, professarem a mesma religião e manterem semelhantes padrões de vida).

A 11 de Novembro de 1975 deu-se a independência de Angola e iniciou-se a Guerra Civil (1975-1992). Com a guerra milhares de pessoas deslocaram-se da zona rural para a urbana. Isto favoreceu a difusão da língua portuguesa, pois esta era a língua mais falada nos grandes centros urbanos. O novo Estado vai reactivar a língua portuguesa, servindo de elo de comunicação em todo o território.

Neste sentido, atente-se ao artº 19 da Constituição da 3ª República angolana, aprovada em 5 de Fevereiro de 2010:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação.

O Português é a língua oficial de Angola, e os seus cidadãos consideram-na língua de prestígio, de relações socioeconómicas e, por conseguinte, de poder. A realidade de Angola é muito variada, composta por grupos étnicos diferentes, por culturas diversas que coabitam no mesmo espaço nacional, sem por vezes se aperceberem disso (Zau, 2002).

A situação linguística angolana é, culturalmente, tão distinta quanto as diversidades de etnias existentes no país, realizando as funções socioculturais e identitárias da comunidade. A nível de Angola cruzam-se seis línguas, de carácter mais amplo: Umbundu, Quimbundu, Quikongo, Cokwe, Fiote, Cuanhama. Zau (2002) sustenta que cerca de 70% da população fala as diferentes línguas, entre as quais a língua oficial angolana, o Português, e as outras línguas não oficiais e muito faladas como os idiomas de origem banto, como o Umbundo. Há também que sublinhar que há em Angola outras línguas de origens não-bantas como Khoisans, Kamusekele, Kazama, Kede, Kuissi e Kwepe. Embora, o país se encontre povoado por uma considerável concentração das cidades tem como língua materna uma ou mais das quarenta línguas presentes a nível nacional. As mais significativas são “o Umbundo (4.000.000), o Kimbundo (3.000.000) e o Kicongo (1.144.000 falantes). O português é falado, maioritariamente, por habitantes dos centros urbanos do litoral, como elites e jovens.” (Teresa et al. 2010, p. 8). Contudo, se o português é a língua veicular, língua da administração, comunicação social e ensino, a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas.

4. O impacto do Umbundo na Língua Portuguesa

As grandes mutações históricas, sociais e políticas que ocorreram no território angolano, desde o início da colonização, passando por 1975, ano da sua independência, exerceram transformações linguísticas da comunidade de falantes (Cunha & Cintra, 2013). Os encontros entre povos e culturas possibilitaram um constante fluxo de partilha e vivências de experiências. Verdelho (2007) reforça o contributo para a aprendizagem das Línguas maternas em Angola, confrontando o português com o universo linguístico não europeu. Desde o início da colonização que se tornou necessário abordar com maior pormenor as ocorrências inerentes aos impactos no contexto linguístico do país. O grupo Ovimbundo, com cerca de 1.500.000 pessoas, tem como língua materna o Umbundo. Assim, o idioma mais falado como língua materna em Angola, a seguir ao Português, é o Umbundu. Este idioma, enquanto língua banta, influencia os falantes e condiciona o uso e a aprendizagem da língua portuguesa. Os sinais “das línguas de substrato nos lusos falantes de língua materna ou as interferências das línguas de adstrato nos lusos falantes de L2 representa um primeiro instrumento de construção de um novo espaço discursivo nos novos contextos.” (Teresa et al., 2010, p. 11). É durante a socialização que o indivíduo aprende a lidar com os demais por intermédio da aprendizagem das normas, que regem a sociedade ou grupo social, a que o sujeito está inserido.

Quadro nº 1 - Variantes da Língua Umbundo

Regiões	Variantes
Benguela	Akwambe ou Ndombe Cisanje Hanya ou Mwanha Lumbu Nganda
Kwanza-Sul	Mbwi ou Ambwi Sele Sumbe ou Pinda
Viye/ Bié	Viyenu
Wambu/ Huambo	Mbalundu Sambu Wambu
Wila/ Huíla	Kakonda

Fonte: Elaboração própria

O quadro mostra-nos que os falantes da Língua Umbundo, mediante as diferentes variantes que utilizam, caracterizam, assim, cada região.

Entre o Umbundo e o português surgiram interferências linguísticas mútuas quer a nível lexical quer a nível fonético e morfossintático. As interferências linguísticas são o tipo de contágio que menos afecta a estrutura interna e a identidade de uma língua. Algumas palavras, oriundas das línguas locais, fazem parte do português falado em Angola e foram aportuguesadas. O aportuguesamento é o processo que consiste “em dar forma portuguesa às palavras estrangeiras, isto é, a acomodar ao gosto ou uso português”.

Os nomes em Umbundu, quer gentílicos, quer topónimos, são dados segundo as circunstâncias envolventes, dando um significado ao respectivo nome, logo, ao aportuguesá-los, o seu valor inicial perde-se, semanticamente, muitas vezes, tanto na língua de origem, como na língua de chegada, neste caso, o Português. Este fenómeno denomina-se de umbundização. Todos esses nomes, quer por aportuguesamento, quer por umbundizamento constituem neologismos na língua de hospedagem (Costa, 2015, p.81).

As mudanças começam por ser individuais. Logo que não haja estigmatização ou rejeição coletiva, elas cristalizam-se e passam a integrar a norma da língua (Rodrigues, 2012, p. 31). Assim, constata-se no léxico do português angolano algumas palavras das línguas nacionais, como mostra o quadro 2:

Quadro 2: Presença de palavras das línguas nacionais no léxico do português angolano

banda	camba	candengue	capim	comuna
cupapata	cota	cubata	canuco	cunanga
funge	fuba	gindungo	ginguba	lombi
maka	matabicho	musseque,	pirão	quiçângua
quizaca	quitanda	sanzala	seculo	zunga

Fonte: Quinta, 2016, p. 88

Aliás, muitos empréstimos provenientes das Línguas Nacionais já se encontram dicionarizados, como os exemplos: Soba (do Quimb. Soba, potentado), s.m., chefe de tribo na África; régulo; Bazar (do pers. Bazar, mercado permanente), s.m., mercado público nos países orientais; v. intr. (Angola): fugir precipitadamente, desaparecer; (do Quimb. Kubanza, romper). (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 2013. Porto Editora).

Assim, também outros vocábulos da LP foram inseridos nas línguas locais, como, por exemplo, no Umbundo:

Quadro 3: Interferência da Língua portuguesa no Umbundo

LÍNGUA PORTUGUESA	UMBUNDU
escola	Osikola
guerra	Ogela
jovens	Olojove
problema	Oplobolema
igreja	Igelecha
rezar	Oculesala
hospital	Osipitali
bairro	Obailo
atacar	Ocutacala
cidade	Ocitate

Fonte: Quinta, 2016, p. 88

Por sua vez, a tendência em adaptar as estruturas das Línguas Nacionais ao Português e vice-versa é muito forte, cria, assim, fenómenos de interferência e sobretudo de empréstimos interlinguísticos. O quadro a seguir mostra alguns Umbundismos no Português.

Quadro nº 4- Presença de Umbundismos na Língua Portuguesa

UMBUNDU	UMBUNDISMO NA LP	SIGNIFICADO EM PORTUGUÊS
Ekamba	Camba	Amigo
Kalunga	Calunga	Mar
Kambuta	Cambuta	Anão, alguém de pequena estatura
Kota	Cota	Alguém que é mais velho
Okambuenha	Cabuenha	Peixe miúdo
Olambula	Lambula	Sardinha média e grossa
Ombulututu	Brotuto	Uma raiz medicinal para o tratamento da bilis
Ondende	Dendém	Fruto da palmeira para extracção do óleo de palma
Osoma	Soba	Regedor de uma aldeia
Ovimbamba	Imbamba	Bagagens, coisas

Fonte: Costa (2015, pp. 103-104, adapt)

A LP, em Angola, é também influenciada pelas línguas banto a nível fonético, fonológico, lexical, semântico, sintático e comunicativo. No entender de Rodrigues (2012, p.32), “Estas influências surgem não só pelo contacto das línguas, mas também pela interferência da língua materna com a língua segunda e pela forma como se processa a aprendizagem da língua segunda”.

As línguas banto, ao entrarem em contacto forçado com o Português, contaminaram de forma inconsciente algumas das características dessas mesmas línguas. Segundo Teresa et al. (2010), esta intromissão salienta-se a diferentes níveis: a nível fonético que ocorre com alguma frequência nos sujeitos que utilizam uma das LN africana como LM, trocando o som [Z] por [S], sendo o [S] o som mais próximo. Por exemplo “vaso” que aparece com a pronúncia /vasso/[s] em vez de /vaso/ =[z]. Estas dificuldades surgem pela intervenção fonética da LM no sistema fonético da LP. Ao nível fonológico, substituem o fonema /r/ e /R/ pelo fonema / l/, como exemplos: Maria = Malia; barro = balo, pelo facto destes dois fonemas não existirem em Umbundo. Nas línguas bantas, em termos morfossintáticos a marcação de número é realizada com prefixos, isto é, os substantivos levam a marca de número assente numa desinência própria. O nome é formado por um radical invariável e por um prefixo variável, conforme seja singular ou plural (Teresa et al., 2010).

Na língua Umbundu, os falantes empregam o pronome *lhe*, *lhes* (complemento indirecto) em vez de *o*, *a*, *os*, *as* (complemento directo). Ex. 1) eu *lhe* chamo

ou chamo-lhe, em vez de eu chamo-o; 2) eu vou lhe chamar ou eu chamo ele, em vez de eu vou chamá-lo.

Estes pronomes vêm em posição pré-verbal, por oposição ao português padrão, que vem depois da forma verbal. Outras expressões há com uma estrutura frásica diferente no Português e em Umbundo.

Quadro nº 7 – Estrutura frásica no Umbundo e em Português

UMBUNDO	PORTUGUÊS
Bom dia Sr. João, a noite?	Bom dia Sr. João, como passou a noite?
Olá Teresa, é como?	Olá Teresa, estás bem?
Como cheguei do trabalho fui logo para cama.	Quando cheguei do trabalho fui logo para cama.
Ó filho já comeste? Ainda.	Ainda não.
Bateram-lhe no polícia.	Foi batido pelo polícia.
O meu telefone me tiraram com ele	Tiraram-me o meu telefone
Você já tomaste o matabicho?	Você já tomou o pequeno-almoço?

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o Quadro nº 7 constata-se que a LP em muitos casos é mais analítica que o Umbundo. Nesta língua, em contextos referentes ao tempo, usa-se a partícula “como” em vez da conjunção “quando”; em termos de tempos verbais, em alguns verbos, usa-se o pretérito perfeito no contexto de uma acção no presente. Isto mostra que as LNs têm uma vivência profunda entre os falantes que as faz pensar em umbundo, uma das LNs, e falar em português.

Conclusões

No trabalho que realizámos, verificámos que o bilinguismo presente em Angola se traduziu em interferências linguísticas, por exemplo, entre o Umbundo e o Português. Pelos resultados da nossa pesquisa, consideramos que se deve procurar gerir o uso das LN e da LP, para que não haja grandes mudanças, e, muito menos, o desaparecimento das LM. Uma língua minoritária deixa de ser utilizada pelos seus falantes, em virtude da pressão do prestígio da língua nacional, ou quando a evolução de uma língua dá origem a outras línguas, que adquirem um novo nome (Amorim & Sousa, 2013, p.19). Deve-se estabelecer uma distribuição funcional correta das línguas, tanto nos currículos de ensino como na aceitação do público, do ponto de vista do uso oral no quotidiano, a fim de que as línguas possam ser usadas seguntos os contextos e situações comunicacionais.

Historicamente, o Português surge em Angola como um instrumento de poder e de colonização. Dessa imposição resultou a desvalorização das línguas nativas surgindo, por uma lado, o aportuguesamento e, por outro, a umbundização de várias unidades lexicais.

No quadro de novas relações de poder que a Independência estabeleceu, deixaram de se verificar os constrangimentos que eram colocados às línguas nativas. A variedade e a fragmentação linguísticas vieram colocar um problema de comunicação entre os falantes. A Língua Portuguesa emerge agora não por imposição do país colonizador mas por determinação do governo angolano tal como está consignado na Constituição, como forma de possibilitar a unidade de entendimento nacional. A LP em Angola, além de ser língua oficial, está a ganhar cada vez mais o estatuto de língua nacional. Pois está a ser usada em contexto familiar, sobretudo nas zonas urbanas.

Apesar da LP possibilitar o entendimento dos falantes de diversas etnias, a preservação das línguas nacionais afigura-se-nos ser muito importante como meio de salvaguardar o património científico, cultural e histórico, pois elas constituem uma das heranças que ficaram depois da chegada dos europeus, juntamente com a Língua Portuguesa. "Ao leme das naus, a língua foi muito além dos marinheiros" (Verdelho, 2008, p.55).

Notas

¹ Veja-se também que no Brasil a legislação denominada como Directório dos Índios, elaborada em 1755, (publicada em 1757) refere-nos importantes aspectos da política da língua seguida no período pombalino.

² A primeira resolução (1541) é relativa aos territórios portugueses, obrigando Portugal a prestar informações solicitadas no artigo 73º, capítulo XI da Carta sobre territórios não autónomos e a segunda resolução (1542) procura dar um conteúdo concreto e uma dimensão prática aos princípios elaborados. Uma vez que Espanha tinha decidido comunicar as informações a resolução foi aplicada unicamente ao caso português.

³ Temos a destacar *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Acto Colonial* de 1930, a *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina*, de 1933 e o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954, que visava a "assimilação" dos indígenas.

Referências Bibliográficas

- Amorim, C. & Sousa, C. (2013). *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Areal Editores.
- Ançã, M. E al (2014). O papel da educação em Português na promoção e difusão da língua – um estudo com um grupo de estagiárias. *Revista Lusófona de Educação*, 27, 127-142.
- Assié-Lumumba, N'D.T (2012). Cultural Foundations of the Idea and Practice of the Teaching Profession in Africa: Indigenous Roots, Colonial Intrusion, and Post-colonial Reality. *Educational Philosophy and Theory*, 44 (S2), 21-36.

- Augusto, M. (2015). A história do ensino da língua portuguesa em Angola. *Verbum*, 7, 60-70.
- Azevedo, A. (1958). *Política do Ensino em África*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- Borba, F. (1991). *Introdução aos estudos linguísticos*. Campinas: Pontes.
- Calvet, L. (2002). *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Carvalho, J. (2008). A construção da identidade de uma nação por meio da língua escrita ou falada. *Revista Fórum Identidades*, 4 (II) 83-90.
- Costa, T. (2015). *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um Dicionário de Umbundismos*. Tese de Doutoramento. Lisboa: UNL.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1986). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- Foucault, M. (1998). *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70.
- Galisson, R. & Coste, D. (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Inverno, L. (2008). Transição de Angola para o português vernáculo: uma história sociolinguística, In L. R. Torgal (Coord.). *Comunidades Imaginadas* (pp. 169-182). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Isquierdo, A. Negri et al (2004). *As Ciências do Léxico, Lexicologia, Lexicografia, Terminologia* (vol. II). Campo Grande – Ms: UFMS
- Kristeva, J. (1999). *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Labov, W. (1972). *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- Quino, A. (2002). *A importância das línguas africanas de Angola no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa*. Luanda: Universidade Agostinho Neto.
- Quinta, J. (2015). *História da Formação de Professores de Língua Portuguesa em Benguela – Angola*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ULHT.
- Rodrigues, C. (2012). *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*. Maputo: Editora.
- Santos, A. (2011). A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. *Relações Internacionais*, 30, 61-69.
- Silva, A. (1995). O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social*, 130, (Vol. XXX), 5-50.
- Teresa, C, et al (2010). *Contributos para uma caracterização linguística do luandens*. Aveiro: UA.
- Verdelho, T. (2008). *O encontro do Português com línguas não europeias*. Lisboa: BNP.
- Veyne, P. (2009). *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- Zau, F. (2002). *Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.

Joana Quinta

Doutora em Educação. Docente do ISCED - Benguela - Universidade
Katyavala Bwila - Angola.
Investigador do CeiED
Email: quintajo@gmail.com

José Viegas Brás

Doutor em História da Educação
Investigador integrado do CeiED
Email: zevibras@gmail.com

Maria Neves Gonçalves

Doutora em Ciências da Educação
Investigadora integrada do CeiED
Email: maria.neves.g@gmail.com

Correspondência

José Viegas Brás
Instituto de Educação da U.L.H.T.
Campo Grande, 376, 1749-024- Lisboa